



COMUNICADO DE IMPRENSA

EMBARGO

O conteúdo deste comunicado de imprensa e do relatório a que se refere não poderá ser citado nem resumido pelos meios de comunicação impressos, radiodifônicos, televisados ou eletrônicos antes das

17:00 horas GMT de 16 de julho de 2009

(13:00 em Nova York, 19:00 em Genebra, 22:30 em Nova Déli, 02:00 – 17 de julho em Tóquio)

UNCTAD/PRESS/PR/2009/028*

Original: Inglês

UM MELHOR EQUILÍBRIO ENTRE ESTADOS E MERCADOS É NECESSÁRIO PARA IMPULSIONAR PROGRESSO NOS PAÍSES MENOS AVANÇADOS, DIZ RELATÓRIO

A crise econômica mundial aponta para a necessidade de um "estado desenvolvimentista" que pode ajudar os países mais pobres do mundo a construir economias mais resilientes e com base mais ampla, diz estudo

Genebra, 16 de julho de 2009 – A crise econômica mundial, que prejudicou gravemente os países menos avançados (PMA), deveria ser o ponto de partida para um novo enfoque do desenvolvimento em que o estado desempenha um papel maior, argumenta a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) em seu **Relatório de 2009 sobre os Países Menos Avançados**¹.

A crise evidenciou as deficiências estruturais dos 49 países mais pobres do mundo e demonstrou a sua incapacidade em lograr crescimento de longo prazo e redução da pobreza, diz o estudo. O relatório argumenta que é necessário reconsiderar o papel do estado para superar as restrições estruturais dos PMA e para reduzir sua dependência de apoio externo.

* **Contacto:** Oficina de Prensa, +41 22 917 5828, unctadpress@unctad.org, <http://www.unctad.org/press>

¹O relatório em inglês The Least Developed Countries Report 2009: The State and Development Governance (Sales No. E.09.II.D.9, ISBN 978-92-1-112769-0) ou em espanhol Los países menos adelantados, Informe de 2009: El estado y la gobernanza del desarrollo (Nº de venta: S.09.II.D.9, ISBN 978-92-1-112769-0) pode ser adquirido junto aos escritórios de vendas das Nações Unidas nos endereços indicados a seguir, ou junto aos agendes de vendas das Nações Unidas presentes em muitos países. Preço: US\$ 50; preço especial de US\$ 25 para os países em desenvolvimento e países dos Sudeste Europeu e CEI; e US\$ 12,50 para os países menos avançados. Favor enviar os pedidos ou consultas para Europa, África e Ásia ocidental à Seção de Publicações e Vendas das Nações Unidas, Palais des Nations, CH-1211 Genebra 10, Suíça, fax: +41 22 917 0027, endereço eletrônico: unpubli@un.org; e para América e Ásia oriental a Publicações das Nações Unidas, 2 UN Plaza, DC2-853, Nova York, NY 10017, Estados Unidos da América, tel.: +1 212 963 8302 ou +1 800 253 9646, fax: +1 212 963 3489, endereço eletrônico: publications@un.org, Internet: <http://www.un.org/publications>.

O relatório, publicado hoje, tem com subtítulo **O Estado e a Governança do Desenvolvimento**.

Os PMA precisam urgentemente estimular investimentos em larga escala a fim de lograr a reestruturação de longo prazo de suas economias e de gerar empregos produtivos. Aproximadamente 843 milhões de pessoas vivem nos PMA, incluindo uma proporção elevada de jovens, e a população dos PMA está crescendo rapidamente. As forças de mercado não foram capazes de gerar crescimento sustentado e inclusivo nos PMA, em parte porque o mercado efetua somente mudanças incrementais e a pequenos passos. Esses países precisam por isso “estabelecer um estado desenvolvimentista”, que o relatório qualifica como “um estado cujos os fundamentos ideológicos sejam desenvolvimentistas e que procura seriamente aplicar seus recursos administrativos e políticos à tarefa do desenvolvimento econômico”.

Não se trata de voltar ao antigo planejamento para o desenvolvimento ou mesmo ao modelo de estado desenvolvimentista típico do milagre econômico da Ásia oriental. Ao contrário, é uma questão de encontrar novas formas de governança do desenvolvimento adaptadas ao século XXI.

Um tal estado desenvolvimentista voltado ao futuro deve ter como prioridade estimular o conhecimento e o aprendizado tecnológico para o desenvolvimento e procurar promover a aprendizagem e o aprimoramento de produtos por meio de novos desenhos e da diferenciação de produtos.

Entretanto, o estado desenvolvimentista do século XXI deve igualmente ser um estado desenvolvimentista democrático, ou seja, um estado que cria e renova as micro-fundações da prática democrática para aproveitar as energias locais, vindas de baixo para cima, para resolver problemas do desenvolvimento e para criar oportunidades de desenvolvimento. Além disso, ele deve abarcar uma larga gama de modalidades e mecanismos de governança, dentro do contexto de uma economia mista para estimular as empresas privadas, através da ação pública, para realizar o projeto nacional de desenvolvimento.

O relatório esboça uma estratégia econômica prática e alternativa, assim como uma nova agenda para os responsáveis políticos dos PMA, a qual inclui a formação de capacidades institucionais e o reforço do estado desenvolvimentista que complementa o mercado. O relatório argumenta que são necessárias políticas agrícolas desenvolvimentistas (veja UNCTAD/PRESS/PR/2009/029) e políticas industriais desenvolvimentistas (veja UNCTAD/PRESS/PR/2009/031), apoiadas por políticas macroeconômicas voltadas ao crescimento (veja UNCTAD/PRESS/PR/2009/030). A governança deveria orientar-se para promover a função criativa dos mercados de estimular a mudança econômica, baseada em um contrato social que permita a participação no processo decisório e possibilite uma opinião pública mais eficaz.

Efeitos da crise econômica mundial sobre os PMA

Entre 2002 e 2008, os PMA lograram ter um crescimento econômico forte. Mas esse desempenho econômico positivo foi devido principalmente aos preços elevados dos produtos básicos, aos níveis recorde de afluxo de capitais privados, assim como ao aumento da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e ao alívio da dívida. As exportações dos PMA continuaram altamente concentradas e fortemente dependentes de produtos básicos, produtos manufaturados por mão-de-obra pouco qualificada, ou turismo. Agora que a crise se alastrou, as receitas de exportação caíram significativamente. Os afluxos de investimento estrangeiro direto (IED) igualmente estão declinando, devido a: (a) expectativas de lucratividade reduzida; (b) acesso limitado ao crédito para financiar investimentos novos; e (c) consolidação do balanço por parte das empresas multinacionais. As remessas de trabalhadores, que nos últimos anos se

transformaram numa fonte importante de recursos externos para diversos PMA, também deverão recuar em consequência da crise.

Os PMA africanos deverão ser mais gravemente afetados que os PMA asiáticos, que têm estruturas econômicas mais diversificadas.

Para enfrentar os efeitos adversos da crise, os PMA precisam receber apoio internacional. É portanto essencial que os doadores não reduzam os níveis de APD que transferem aos PMA. Uma tal redução já foi observada nas recessões que afetaram países doadores no passado. Pelo contrário, o relatório diz que, dada a gravidade da crise atual, os doadores devem respeitar suas próprias promessas de aumentar significativamente a APD aos PMA.

Contudo, é igualmente importante que haja uma resposta por parte das políticas nacionais. Elas não deveriam somente tentar lidar com os impactos negativos da própria crise, mas procurar traçar uma trajetória de desenvolvimento mais sustentável e mais inclusiva.

O desafio de formar instituições

Formar capacidades desenvolvimentistas de estado exigirá uma reorientação das reformas da administração pública que atualmente visam à boa governança.

A boa governança é um dos quatro pilares centrais da maioria das estratégias nacionais da redução da pobreza que os PMA preparam atualmente. As prioridades mais frequentes são descentralização, maior eficiência da administração pública e combate à corrupção. Além disso, entre 2005 e 2007 aproximadamente 20% do total da APD aos PMA – ao redor de US\$4 bilhões por ano nesse período – foi destinado pelos doadores a melhorar as capacidades de governança.

Esse compromisso mútuo reflete a importância dada à governança para o sucesso econômico. Entretanto, a implementação da agenda de reformas para a boa governança conduziu a uma “sobrecarga de reformas” em vários países. Funcionários públicos foram inundados por sucessivas rodadas de mudanças institucionais. Além disso, algumas inovações institucionais recomendadas – que eram consideradas como melhores práticas em países avançados – não funcionaram bem quando transferidas a países muito pobres.

O simples fato de que os PMA têm muito poucos recursos financeiros para o governo e têm enfoques e prioridades diferentes devem ser recordados. O consumo final do governo *per capita* médio nos PMA em 2006 foi de apenas US\$ 60, comparado com US\$ 215 nos países de renda média-baixa, US\$ 1.051 em países de renda média-alta e US\$ 6.561 em países de renda alta. Esses US\$ 60 devem cobrir todas as despesas correntes do governo para compras de bens e serviços (incluindo salários de empregados).

O relatório argumenta que agora é preciso introduzir explicitamente uma dimensão de desenvolvimento nas reformas de governança. O que é necessário é a boa **governança do desenvolvimento** no âmbito de um estado desenvolvimentista.

Do mesmo modo que as instituições não podem ser transferidas dos países avançados aos países muito pobres, não é realista esperar que as instituições dos estados desenvolvimentistas bem-sucedidos, como os da Ásia oriental, possam ser transferidas com sucesso. As reformas institucionais para reforçar a governança do desenvolvimento devem ser adaptadas às reais capacidades técnicas e políticas dos PMA. As capacidades desenvolvimentistas de estado podem ser formadas de maneira incremental através da aprendizagem da política e da experimentação institucionais. Tais esforços devem centrar-se inicialmente no alargamento da experiência de "ilhas de excelência" que efetivamente existem na administração pública de diversos PMA (por exemplo, nos ministérios de finanças). As

reformas da governança devem igualmente ser miradas a apoiar instituições que facilitem o investimento, a aprendizagem tecnológica e a transformação estrutural da agricultura e das economias dos PMA como um todo.

Formar novas capacidades desenvolvimentistas de estado ajudará os PMA a criarem economias mais resilientes, dinâmicas e inclusivas na era pós-crise. Trata-se de um processo de longo prazo. Porém, no curto prazo uma iniciativa importante que os PMA podem tomar é criar *alianças nacionais para o crescimento* que atenuem os impactos da crise.

As alianças nacionais para o crescimento surgem quando governos nacionais e elites empresariais nacionais cooperam ativamente para promover o investimento, o progresso tecnológico e a mudança estrutural. Tal cooperação no passado foi um elemento importante de estados desenvolvimentistas bem-sucedidos, por exemplo os da Ásia oriental. Elas deveriam igualmente propiciar uma base para a resolução de problemas por parte de governos e empresas para enfrentar a crise atual. Na verdade a crise apresenta uma oportunidade para a mudança. Ela pode ser usada para desencadear transformações na maneira de agir dos estados e pode ajudá-los a formar alianças que conectem os interesses de áreas rurais e urbanas – incluindo os setores agrícolas e industriais – e que avancem com base nos interesses comuns aos setores público e privado.

*** ** ***